

**BRASIL, O ORNITORRINCO ESQUIZOFRÊNICO
CONSERVADOR: NOTAS CRÍTICAS SOBRE A CRISE
ECONÔMICO-POLÍTICA ATUAL¹.**

**BRAZIL, THE CONSERVATIVE SCHIZOPHRENIC PLATYPUS:
CRITICAL NOTES ON THE CURRENT ECONOMIC-POLITICAL
CRISIS**

**BRASIL, EL ORNITORRINCO ESQUIZOFRÊNICO
CONSERVADOR: APUNTAMIENTOS CRÍTICOS SOBRE LA
CRISIS ECONÓMICA Y POLÍTICA ACTUAL**

Átila de Menezes Lima²
atila.lima@univasf.edu.br

RESUMO: O artigo tem como objetivo debater a partir da categoria da particularidade, a forma de entificação do capitalismo híper-tardio de via colonial no território do Brasil. Assinalamos que a colonização criou uma estrutura econômica dependente, uma burguesia manipulatória onde as transformações sempre se deram “pelo alto”, assim como criou formas superestruturais reacionárias de dominação expressas no Estado autocrático-bonapartista, num judiciário imparcial, além de formas de subjetividades irracionistas-reacionárias, bem evidentes na atual conjuntura da sociedade brasileira, marcada por uma profunda crise político-econômico-social.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil – particularidade - capitalismo – crise.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo debatir desde la categoría de la particularidad la forma de entificación del capitalismo híper-tardío de vía colonial en el territorio del Brasil. Demarcamos que la colonización creó una estructura económica de dependencia, una burguesía manipulativa en que las transformaciones siempre ocurrieran “desde arriba”. Este fenómeno también ha creado superestructuras reaccionarias de dominación expresadas en el Estado autocrático-bonapartista, un sistema judicial imparcial, además de subjetividades irrazonables-reaccionarias, muy evidentes en la actual coyuntura de la sociedad brasilera, demarcada por una profunda crisis política-económica-social.

PALABRAS-CLAVE: Brasil – Particularidad – Capitalismo – Crisis.

ABSTRACT: The article aims to discuss entification form of the hyper-late capitalism by colonial mode on the territory of the Brazil, from the category of particularity. We noted that colonization has created an economic structure dependent, a manipulative bourgeoisie where the transformations always have "the high", and created reactionary superstructural formations of domination in the autocratic-Bonapartist state, impartial judiciary, as well as forms of irrationalism-

¹ A ideia deste texto surgiu em 2015 quando fiz uma fala para os estudantes de Geografia da Universidade Federal do São Francisco – UNIVASF sobre a crise política e econômica. Mas só ganhou corpo após uma palestra que fiz no II Encontro Territorial de Juventude TIPNI organizado pelo Território de Identidade Piemonte Norte de Itapicuru que ocorreu no dia 17/05/2016 no auditório do SINTRAF em Senhor do Bonfim – BA. Mas parte das reflexões já estava contida em minha tese doutoral.

² Professor adjunto do curso de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, com Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

reactionary subjectivities, evident in the current situation of the Brazilian society, marked by a deep political-economic-social crisis.

KEYWORDS: Brazil – particularity – capitalism - crisis

INTRODUÇÃO

A atual crise social, econômica, política, cultural na qual atravessa a realidade das vidas cotidianas da sociedade brasileira, que não está dissociada da crise de sociabilidade mundial, ocultam alguns elementos particulares da formação econômico-social³ do território brasileiro, a exemplo do enorme peso que a colonização ainda exerce em nossas vidas.

Parto do princípio de que a formação territorial e social no/do Brasil foi e é constituída de permanências e rupturas, onde a forma de entificação e espacialização do capitalismo híper-tardio de via colonial ainda possui peso fundamental na sua relação dialética estrutura-superestrutura. Ou seja, o desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir da via colonial criou a partir da sua estrutura social-econômica, formas superestruturais e subjetividades prático reacionárias, autoritárias, anti-progressistas, racistas que vai desde os posicionamentos políticos individuais, a forma da legislação judiciária, as manipulações políticas e econômicas.

A crise que se instalou no Brasil nos últimos anos⁴ vem demonstrando isso nitidamente, corrupção generalizada, desvio de recursos públicos para a iniciativa privada (que na realidade é um *modus operandis* na história brasileira), pedido de retorno à ditadura militar e a monarquia, evidenciamento do racismo, da homofobia declarada, ascensão conservadora ao poder legislativo, manipulações políticas e judiciárias, espetáculo midiático pra esconder o pagamento dos juros de uma dívida “pública” e a utilização da crise econômica para garantir as transições “pelo alto” sem participação das vontades populares e da retirada das conquistas sociais em prol do capital.

³ Concordo com Mazzeo (2015, p.73) ao afirmar que a formação social ou econômico social é o próprio modo de produção concretizado. Para este autor, “as formações sociais coloniais se apresentam, já em sua gênese, como capitalismo-particulares, desiguais e combinados, que se articulam com os polos econômicos dominantes da Europa, integrantes, então, do vasto processo de acumulação mundial do capital”.

⁴ Para detalhamento de determinados acontecimentos políticos, econômicos e da intervenção jurídica na atual crise instalada no Brasil, ler o artigo de Perry Anderson, A crise no Brasil. Para aprofundar a leitura econômica da gestão de Dilma Rousseff e dos descontentamentos causados pela sua política econômica, André Singer (2015) contribui valorosamente com seu artigo Cutucando onças com vara curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Revista Novos Estudos, 102, 2015. Nossa reflexão se pautará em alguns aspectos econômicos, mas, sobretudo, histórico-filosóficos gerais da relação estrutura-superestrutura e suas determinações na práxis social no Brasil.

É constante nos noticiários denúncias de corrupção e ataques selecionados, sobretudo à imagem do Partido dos Trabalhadores- PT sobretudo, a partir do descobrimento das propinas do mensalão, e um certo ocultamento ou denúncias tímidas e investigações lentas dos demais partidos, de figuras políticas de renome nacional e empresas envolvidas, apesar de sérios indícios a serem investigados⁵. Para além das aparências, o que temos na essência do turbilhão de acontecimentos?

Partamos de uma leitura econômica para depois irmos para uma profunda análise histórico-filosófica da forma de ser e ir sendo do Brasil⁶. Ou seja, partiremos do presente e de um *post factum* recente para entender nosso passado e voltaremos trazendo elementos fundamentais para o entendimento da conjuntura de crise econômico-política, e para nossa prática histórica no presente e futuro. Marx (2011) no seu *Grundrisse*, assinalava que

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidas quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2011, p.58).

Esta preciosa citação, em si, nos assinala para o procedimento desejado, partir do que está mais estruturado para o que ele foi e nos traz a necessidade da compreensão das mediações e processos históricos concretos, a fim de evitar a transformação da realidade em narrativas subjetivistas. Desta forma pretendemos estabelecer uma análise genética da relação estruturura-superestrutura e entender como está interfere na práxis social nos dias atuais.

Partamos então do presente, buscando uma leitura lúcida da realidade econômica e das gestões políticas do PT, uma leitura que se aproxime o máximo possível das mediações históricas do que vem acontecendo, onde gestões governamentais com uma política voltada para o capital financeiro e com uma reforma mínima na estrutura social

⁵ Várias são as denúncias e acordos de delação premiada que assinalam para uma corrupção sistêmica na política brasileira envolvendo vários partidos, políticos e empresas, a exemplo da família Ordebrech e as denúncias de Sérgio Machado ex-diretor da Transpetro. <https://br.noticias.yahoo.com/em-di%C3%A1logos-gravados-juc%C3%A1-fala-em-pacto-para-103442780.html>

⁶ Não estamos aqui tratando o Brasil como uma forma de ser metafísica, autônoma, mas sim, como as relações sociais de produção criaram esse país.

brasileira é retirada do poder pela força prática de uma construção social subjetiva⁷ extremamente conservadora e reacionária.

Em estudos recentes sobre a dívida pública brasileira, a intelectual e estudiosa da dívida pública do Brasil e América Latina, Maria Lúcia Fatorelli (2014) nos apresenta o quadro da previsão orçamentária geral da União para o ano de 2014. A partir do estudo de dados oficiais públicos do Brasil, tendo como fonte principal o Sistema de Contabilidade Pública, Fatorelli (2014, p.1) apresenta os seguintes dados: Previsão do orçamento da União para 2014, total em bilhões – 2,383 trilhões, sendo que destes, 42,04%, o equivalente a 1,002 trilhões seriam para o pagamento dos juros e amortização da dívida.

Como característica inerente a forma de ser de nossa burguesia e de sua forma de fazer política, a categoria-prática da manipulação é utilizada para mascarar a forma de pagamento da dívida. Segundo Fatorelli (2014, p.2-3) “Os dados de juros **“nominais”** disponibilizados pelo governo são calculados sobre a dívida líquida. A dívida que pagamos é a dívida bruta e não líquida. É sobre a bruta que são calculados os juros “nominais” que pagamos”.

Este proceder oculta os reais números da dívida e permite que a mesma continue a crescer. Os números abaixo apresentados por Fatorelli (2014, p.2) evidenciam as reflexões:

2012

Valor informado como amortização pelo governo: R\$ 577 bilhões

Estoque de títulos em 01/01/2012: R\$ 2,535 trilhões

Estoque de títulos em 31/12/2012: R\$ 2.823,33 trilhões

2013

Valor informado como amortização pelo governo: R\$ 619 bilhões

Estoque de títulos em 01/01/2013: R\$ 2.823,33 trilhões

Estoque de títulos em 31/12/2013: R\$ 2.986,22 trilhões

Os números apresentados constataam que apesar do aumento nos investimentos na amortização da dívida, o estoque de títulos da mesma aumenta, saltando de R\$ 2,535 trilhões no início do ano de 2012, para R\$ 2.986,22 trilhões no final do ano de 2013. Conforme Fatorelli (2014), pagamos por dia, o equivalente a 10 mensalões⁸. Concluiu-se que nas gestões do PT no poder, os agentes detentores da dívida lucraram muito com a mesma.

⁷ Para o materialismo, a prioridade do ser é, antes de tudo, a constatação de um fato: pode haver um ser sem consciência, mas não há consciência sem ser. Disto, porém, não se segue uma subordinação hierárquica da consciência ao ser. Ao contrário, somente essa prioridade e seu reconhecimento concreto, teórico e prático por parte da consciência criam a possibilidade de dominar realmente o ser com a consciência. O simples fato do trabalho ilustra essa situação com meridiana evidência. (LUKÁCS, 2012, p.21).

⁸ Segundo dados apresentados o Mensalão equivaleu a 140 milhões de reais. Multiplica-se por 10 e teremos o quanto pagamos por dia de dívidas ao capital financeiro.

Fatorelli (2014), faz vasto histórico da dívida pública, destacando seu crescimento na ditadura civil-militar⁹ e perpassando por todas as gestões posteriores, demonstrando que a mesma é histórica e não de uma gestão governamental em específico. A autora ainda assinala que a dívida que nos é informada como pública, é na realidade uma dívida do capital privado financeiro dos bancos e que existe um Sistema da dívida que envolve o sistema econômico, exige privilégios financeiros, envolve o sistema legal, o sistema político, sobrevive com a corrupção e tem o apoio da grande mídia.

Das informações apresentadas por Fatorelli, nos surge a indagação: quem são os detentores dos títulos dessa dívida? Respondemos com um quadro apresentado pela própria autora (P.8), que demonstra os grandes bancos nacionais e internacionais que podem comprar os títulos da dívida brasileira direto do tesouro nacional.



INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB	
DEALERS	
10/02/2012 a 31/07/2012	10/08/2012 a 31/01/2013
BCO BRADESCO S A	BCO BARCLAYS S A
BCO BTG PACTUAL S A	BCO BRADESCO S A
BCO CITIBANK S A	BCO BTG PACTUAL S A
BCO DO BRASIL S A/MERCADO	BCO DO BRASIL S A/MERCADO
BCO J P MORGAN S A	BCO SANTANDER (BRASIL) S A
BCO SANTANDER (BRASIL) S A	BCO VOTORANTIM S A
BCO VOTORANTIM S A	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO	DEUTSCHE BANK S A - BCO ALEMAO
CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA	HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO
HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO	ICAP DO BRASIL CTVM LTDA/BRAD
ITAU UNIBANCO S A	ITAU UNIBANCO S A
RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD	RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

Referência Legal:

Decisão-Conjunta 18, de 10/02/2010, Ato Normativo Conjunto 26 de 08/02/2012 e Ato Normativo Conjunto 27 de 08/02/2012.

Estabelecendo o critério marxiano da relação aparência-essência, a realidade ontológica dos fatos, demonstra que o capital financeiro foi quem mais lucrou com a dívida. Tal situação ocorreu contraditoriamente nas gestões do Partido dos Trabalhadores, fato que evidencia uma distorção interpretativa de algumas alas da classe média que o

⁹ Denominamos de ditadura civil-militar, porque passados 52 anos do golpe e instituição da ditadura, ficou evidente a participação de representantes civis, sobretudo de empresários e outras entidades de classe tanto no golpe, como na manutenção da mesma. Para uma leitura minuciosa destas assertivas ver: PAULO NETO, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) – São Paulo: Cortez, 2014.

intitulam¹⁰ de um partido de extrema esquerda, revolucionário e por outros como bolivariano. Será? O que leva as pessoas a terem tanto ódio deste partido, mesmo ele fazendo grande parte da política do grande capital? Evidenciaremos melhor estas reflexões após a apresentação de mais alguns dados. Ainda conforme Fatorelli (2014), dos 2,383 trilhões do orçamento da União para o ano de 2014, o restante da distribuição¹¹ dos recursos eram os seguintes: Educação, 3,45%; saúde, 4,11%; segurança, 0,35%; cultura, 0,13%; ciência e tecnologia, 0,38%; bolsa família, 1,06%; previdência social, 19,87%. Esta última, segundo a autora faz parte da seguridade social e está sendo superavitária. Para o ano de 2013 lucrou-se 73 bilhões.

Este dado da previdência, mais do que evidencia o interesse dos grandes empresários, do capital financeiro, de emissoras de televisão ligadas a previdência privada e da maior parte da bancada de deputados e senadores na reforma do sistema previdenciário nos últimos anos e no ataque aos direitos trabalhistas para angariar esses lucros entre si.

Como percebemos os investimentos no social, são poucos e vem sendo diminuídos para satisfazer as “necessidades” do capital financeiro, ou seja, a dívida vem absorvendo volumes crescentes de recursos que poderiam ir para o social. Fatorelli (2014) apresenta os seguintes dados:

1. Orçamento de 2015: R\$ 1,361 TRILHÃO – Juros e Encargos da Dívida – R\$ 225 bilhões – Amortizações da Dívida – R\$ 1,131 trilhões. 2. Na falta de recursos para investimentos = País sendo leiloado - PACOTE DE LEILÕES (Programa Investimento em Logística – PIL): a) Aeroportos; b) Portos; c) Rodovias; d) Ferrovias; e) Energia; f) Leilão de Libra. (FATORELLI, 2014, p.6).

Com exceção a algumas políticas públicas reformistas ou conforme Pinassi (2011) políticas compensatórias estabelecidas nas gestões do PT, a maior parte das políticas e investimentos dialoga na mesma língua do capital financeiro e em parte com algumas políticas neoliberais, apesar de tentativas de uma espécie de neodesenvolvimentismo e neokeynesianismo. Ao tratar do fenômeno do lulismo, Pinassi (2011) assinala que

À frente do governo federal, conduziu com maestria programas de impulsão prioritariamente econômica, com destaque para os PAC's (Programas de

¹⁰ A assertiva, por mais que pareça generalizante e não científica, é na realidade a expressão real da forma como a realidade da coisa em si cotidiana se apresenta no Brasil, ou seja, em suas determinações ontológicas. Negar essas determinações em nome de um pretense científico que nega o cotidiano corre-se o risco de mascarar o real. Segundo Lukács (2012, p. 293), A ciência brota da vida, e na vida mesma – saibamos ou não, queiramos ou não – somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. (...) Falando de modo bem geral, trata-se aqui, portanto, de uma cientificidade que não perde jamais o vínculo com a atitude ontologicamente espontânea da vida cotidiana; ao contrário, o que faz é depurá-la de forma crítica e desenvolvê-la, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência. (...).

¹¹ Para uma análise completa dos dados ver: Fatorelli, Maria Lúcia. O sistema da dívida Pública e seus impactos sociais. 2014.

Aceleração do Crescimento), carro-chefe da campanha do Partido dos Trabalhadores à sucessão no Planalto em 2010. Daí o prestígio desfrutado entre amplos setores do capital nacional e internacional. (PINASSI, 2011, p.108-109).

A autora ainda enfatiza o papel de conciliador de classes de Luiz Inácio da Silva (Lula) ao afirmar que este

Simultaneamente, ofereceu programas de “alívio” social (as tais políticas compensatórias) em função dos estragos causados pelo padrão de desenvolvimento neoliberal, do qual ele próprio foi signatário desde a primeira hora de governo. E daí a idolatria que despertou entre as camadas mais empobrecidas e carentes da população brasileira, um novo e bem urdido curral eleitoral da nação. (PINASSI, 2011, p.109).

Mas apesar de fazer concessões à política do capital financeiro, algumas políticas de Estado das gestões do PT, incomodou a superestrutura reacionária, fruto de uma burguesia anti-progressista¹² e conservadora, fruto do desenvolvimento do capitalismo de via colonial. Ao traçarmos uma reflexão dialética destas “políticas sociais” como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha vida – (PMCMV), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Bolsa Família, créditos para consumo, compreendemos que para além da aparência, elas beneficiaram a própria burguesia, mas o caráter reacionário-conservador desta nem isso conseguiu aceitar, pois foi incapaz de fazer seu papel histórico-econômico¹³ no Brasil em grande parte de nossa historicidade. Conforme Mazzeo (2015) esta abriu mão de seu papel econômico em nome de sua manutenção no poder político.

Quando analisamos o Programa de Aceleração de Crescimento, observamos que este programa permitiu um montante de capitais investidos para a criação de infraestruturas realizadas por grandes empreiteiras-construtoras ligadas ao grande capital garantindo a reprodução e acumulação de capitais. Demonstramos isto a partir da análise do fragmento do texto retirado de Brasil (2008) ao nos apresentar o PAC

[...] O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas

¹² Apontar o caráter anti-progressista em nenhuma hipótese significa afirmar que uma burguesia progressista seja a salvação da classe trabalhadora e que o capitalismo seria um modo de produção melhor se aqui tivesse se desenvolvido em sua forma clássica. O que estamos destacando é que nem se quer o curto período de projeção democrática progressiva fruto do desenvolvimento das forças produtivas a classe trabalhadora no Brasil tiveram. Esse fato conforme Chasin (2000) permite à classe trabalhadora a possibilidade de uma transição sem necessariamente esperar uma revolução burguesa nos moldes etapistas.

¹³ É importante assinalar que na via clássica do capitalismo historicamente determinada, a burguesia teve um papel revolucionário, inclusive nas transformações econômicas modernizadoras e momentaneamente uma visão progressista no sentido do desenvolvimento das potencialidades humanas, logo abandonada. Na via colonial isso não ocorreu.

medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (BRASIL, 2008, p. 19).

Em investigações sobre o papel dos grandes investimentos no setor elétrico para a acumulação de capital nas gestões de Lula na presidência, Lima e Meneleu Neto (2015) afirmam que no PAC, os investimentos somente no setor elétrico e transportes chegaram a 20% do PIB em 2007, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Estão previstos investimentos em infra-estrutura logística, em energia e em infraestrutura social e urbana superiores a R\$ 500 bilhões, equivalentes em 2007 a cerca de 20% do PIB, com equilibrada distribuição territorial, de modo a reduzir as desigualdades regionais. (BRASIL, 2008, p. 19).

Dados retirados deste mesmo documento (p.19) demonstram que no setor elétrico foram previstos os recursos de 274,8 bilhões de reais, seguido de 170,8 bilhões para o setor de infraestrutura urbana e social, distribuídos por regiões. De acordo com Lima e Meneleu Neto (2015)

No que concerne o setor elétrico, os dados retirados do PAC indicam a construção 62 usinas hidrelétricas, 21 usinas termelétricas e 55 pequenas centrais hidrelétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas à biomassa, as quais, no seu conjunto, ampliarão a capacidade de geração de energia em cerca de 12.400 MW até 2010 e em mais 27.500 MW após 2010. Os investimentos somente em energia elétrica (fonte de hidroelétricas) atingem no setor de geração 65,9 bilhões e em linhas de transmissão 12,5 bilhões. Essa análise por si só traz elementos da reprodução do capital em investimentos na criação de infraestruturas. (LIMA e MENELEU NETO, 2015, p.227).

O que é o Programa Minha Casa Minha Vida, que apesar de tirar muitas famílias em condições precárias e de aluguel pra viver em moradias próprias, se não uma forma de endividamento de muitas famílias aos bancos e mesmo o enriquecimento de muitas empreiteiras que estão no centro das corrupções? O que são os investimentos de capital do Brasil na América do Sul e Cuba, se não uma tentativa de expansão da influência brasileira no continente numa ação semelhante ao que Ruy Mauro Marini denominava de subimperialismo e cooperação antagônica? As assertivas e interrogações, para além de especulações subjetivas são demonstradas ontologicamente no movimento real, cabendo aos pesquisadores em suas diferentes perspectivas metodológicas evidenciarem ou não a relação aparência-essência.

O próprio PROUNI, apesar de garantir acesso de muitos pobres ao ensino superior, o faz através da remessa de dinheiro público as grandes empresas de ensino privado, ampliando ainda mais esse mercado em ascensão. De acordo com a Receita

Federal¹⁴, em 2016 este programa deveria custar R\$1,27 bilhão e desde que foi criado, em 2005 deixou-se de arrecadar das instituições privadas mais de R\$ 8 bilhões.

O Bolsa Família foi capaz de tirar milhares de famílias da situação de miséria extrema e semi-escravidão, e contraditoriamente fomentou o crescimento do consumo capitalista da classe trabalhadora por bens duráveis. Essa era inclusive, uma das grandes problemáticas debatidas ainda no período do nacional-desenvolvimentismo. Sobre isto, Oliveira (1977), assinalava que existia um grande desequilíbrio entre os setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, onde a classe trabalhadora tinha pouco poder aquisitivo para conseguir adquirir os primeiros. Debatia-se ali a criação de um mercado nacional.

Abertamente a política de crédito de Luiz Inácio da Silva (LULA) assinalava para o velho debate do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da ampliação do mercado consumidor tanto debatido nas décadas de 1950 a 1980, interrompidas pela abertura neoliberal¹⁵. Numa espécie de acumulação de capital na forma de espiral, as gestões do PT (mesmo colaborando com o neoliberalismo), de forma tímida, assume o papel histórico da burguesia no quesito das transformações econômicas. Ou seja, tentam implementar um projeto burguês nunca realizado por completo para a realidade brasileira. Mas, uma coisa não temos dúvida, houve uma ampliação do mercado consumidor no Brasil via expansão do crédito, que por alguns anos evitou o choque imediato da crise global.

As pequenas reformas e a aproximação com outros mercados e a formação do BRICS, foi capaz de trazer novamente a emersão da “grande mentalidade” conservadora e reacionária da burguesia, dos grandes latifundiários, da classe média que através da mídia conseguiu apoio de boa parte da classe trabalhadora. Nitidamente, a realidade brasileira e sua sociedade aparecem como um monstro esquizofrênico, irracional, sem memória histórica, onde multidões vão as ruas sem saberem o que querem e o que reivindicam, numa espécie de recalque coletivo, sem rumo. Emerge discursos ultra-conservadores por parte de parlamentares como Bolsonaro e que é bem aceito pela massa popular, evidenciando o caráter anti-democrático, onde os problemas não são resolvidos no debate e na busca da raiz da questão, mas sim na eliminação física dos mesmos, que o diga os milhares de negros favelados executados cotidianamente, dos massacres de sem terras. Vemos alianças políticas esquizoides, demonstrando a complexidade desse país chamado Brasil.

O autor Francisco de Oliveira, em seu livro *Crítica a razão dualista: o ornitorrinco* (2003) faz um paralelo do Brasil, a um ornitorrinco, um ser estranho dentro da escala

¹⁴ <http://idg.receita.fazenda.gov.br/>. Acesso em 04/06/2016.

¹⁵ Mas é preciso deixar claro como nos indica Pinassi (2011) que estas gestões também colaboraram com as políticas neoliberais.

evolutiva que possui bico, nadadeiras e põe ovo, mas não é uma ave, possui pelos e glândulas tratando-se de um mamífero. É um gigante de pernas de barro, de uma burguesia mesquinha, atrofada e dependente.

É partindo deste entendimento que faremos a seguir uma profunda reflexão da forma de ser e ir sendo do Brasil demonstrando que a forma híper-tardia de via colonial do capitalismo brasileiro em sua relação dialética estrutura-superestrutura, criou formas objetiva-subjetivas de intervenção prática reacionárias, irracionalistas demonstradas nos momentos de crise como a atual conjuntura vivenciada em nosso cotidiano. Afirmo pautado na análise ontológica e das categorias como formas de ser, determinações da existência, que, no Brasil, a barbárie é o cotidiano desde sempre, e que aqui o capitalismo já se instalou em sua forma regressiva. Assinalamos por fim, que o estudo ora apresentado é antes de tudo, uma proposta de método para compreensão da realidade brasileira. Ou seja, é uma perspectiva metodológica pautada na ontologia (da coisa em si) materialista marxiana¹⁶ da forma de ser do capitalismo no Brasil. Portanto, esse proceder, não nos permite ficarmos engessadas a leituras economicistas, gnosiológicos subjetivistas¹⁷ e da teoria do conhecimento, nem mesmo de tentar explicar o Brasil negligenciando o peso que o passado colonial ainda tem no presente, sobretudo na sua superestrutura. Lukács (2012), assim assinala para esse proceder do método em Marx no qual a análise da totalidade permeia o proceder histórico-genético e abstrativo-sistematizante que na realidade já está na própria história, visto não existir nada fora desta, nem mesmo os conceitos. Segundo Lukács (2012)

É claro, portanto, que o método da economia política, que Marx designa como uma “viagem de retorno”, pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências. A inter-relação orgânica, e por isso fecunda, dessas duas vias do conhecimento, todavia, só é possível sobre a base de uma crítica ontológica permanente de todos os passos dados, já que ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmo complexos da realidade. (LUKÁCS, 2012, p.306).

¹⁶ Para melhor compreensão da perspectiva ontológica em Marx, ver o capítulo IV – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx do livro *Ontologia do ser social I*- São Paulo: Boitempo, 2012. Ver também Celso Frederico no livro: *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. – 2ed. – São Paulo: Expressão popular, 2009. Para este momento, basta assinalar, conforme Tonet (2013, p.12), que “A ontologia é o estudo do ser, isto é, apreensão das determinações mais gerais e essenciais do ser daquilo que existe. A ontologia pode ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como exemplo, o ser natural ou o ser social”.

¹⁷ Isso não significa que não estabeleceremos diálogos com essa forma de analisar o mundo, pelo contrário, o real é síntese de múltiplas determinações e portanto as mesmas permeiam a análise.

É por esta razão que faremos uma digressão na história da formação social brasileira, para entender o peso histórico do passado colonial presente na realidade brasileira profundamente marcada por continuidades-rupturas no desenrolar de sua história de “transições pelo alto” e de crises econômico-políticas. Por estas razões entendemos que a crise não é somente econômica representada pelo economicismo, mas uma crise da relação objetivo-subjetiva (estrutura-superestrutura) com uma carga histórica que vem da colonização e da ausência de uma ruptura política radical com a conciliação de classes.

A CATEGORIA DA PARTICULARIDADE, A VIA COLONIAL E SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO BRASILEIRA.

Partir dos processos e mediações concretas que caracterizam o avanço das forças produtivas em território brasileiro é tarefa fundamental no sentido de evitarmos a reprodução de modelos abstratos ou tipos ideais e ao mesmo tempo que não caiamos em um empirismo hiper-singularista da realidade.

Assinalamos que a adoção da categoria da particularidade é fundamental para evidenciarmos as múltiplas determinações da concretude da espacialização do capitalismo no Brasil. Isso nos permitirá evidenciar que não podemos resumir a realidade brasileira a uma reprodução mecânica da categoria da “classicidade”¹⁸, ou seja, da forma clássica de análise do capitalismo estudada por Marx em *O Capital* (2013), mas ao mesmo tempo nos permite identificar algumas legalidades de sua análise para o caso brasileiro. Ou seja, a categoria do particular em seu sentido dialético da totalidade (universal-particular-singular), nos permite evitar o equívoco de fazermos uma análise singularista que nega as legalidades gerais de funcionamento da lógica do capital.

Sendo assim, o debate da particularidade é necessário para compreendermos a realidade brasileira em seu processo histórico de continuidades e rupturas. Para tanto nos apoiamos nos procedimentos teórico-metodológicos assinalados por Lukács (1978), ao discutir o particular à luz do materialismo histórico-dialético. De acordo com Lukács,

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que dêste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular, singular. (LUKÁCS, 1978, p.88).

¹⁸ Para uma visão crítica sobre a questão da “classicidade”, ou seja, da forma clássica de desenvolvimento do capitalismo, de seu caráter histórico e do debate crítico da questão do progresso, ver Lukács – *Ontologia do ser social* – no capítulo sobre os princípios ontológicos fundamentais de Marx, páginas 375,376, 377, 378, 379 e 380, 381. As formas não-clássicas serão apresentadas no corpo do texto.

Ao entendermos o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil como um movimento dialético, assinalamos para a relativização dialética do universal e do particular. Neste caso, Lukács (1978, p.92) assinala que,

[...] em determinadas situações concretas êles se convertem um no outro, em determinadas situações concretas o universal se especifica, em determinada relação êle se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa. [...].

Esse proceder nos permite não ficarmos somente nas abstrações idealistas, trazendo a possibilidade de chegarmos aos nexos concretos para entendimento da realidade brasileira. Entendemos o concreto no sentido de Marx (2011) no debate do método nos seus *Grundrisse*, ao afirmar que

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, portanto, também o ponto de partida da intuição e representação. (MARX, 2011, p.54).

E continua ao criticar Hegel ao cair na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento sintetizado em si:

[...]; enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de maneira alguma é o processo de gênese do próprio concreto. (MARX, 2011, p.54).

Partindo destes pressupostos é que entendemos a espacialização das forças produtivas¹⁹ no Brasil em suas múltiplas determinações. Em sua constante busca para apreender a particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, Oliveira (1977) assinala que

¹⁹ Entendemos que a categoria das forças produtivas abrange os meios de produção (instrumentos de trabalho, terra, capital) e a força de trabalho. Neste sentido, o desenvolvimento das forças produtivas compreende os fenômenos históricos estabelecidos entre determinadas relações sociais datadas historicamente, como, por exemplo, o desenvolvimento da maquinaria e de novas tecnologias, de novas fontes de energias e de novas formas que adentram o processo do trabalho, assim como permite o desenvolvimento de várias potencialidades humanas, como a Arte, a Filosofia e o florescer da própria humanidade, privada pela sociabilidade do capital. As forças produtivas são desta forma, o aumento das capacidades humanas em conseguir se apropriar das condições naturais e sociais que lhes são dadas para fins de realização da generidade humana, do desenvolvimento da personalidade humana, fato limitado nas relações capitalistas de produção. Desta forma, a analítica marxiana compreende que as transformações na base econômica da sociedade transformam toda a colossal superestrutura.

De nada nos serve simplesmente reconhecer que o Brasil, enquanto espaço social de produção, é uma criação do capitalismo e, portanto, seria capitalista desde então; como também de nada nos serve, a partir dessa generalidade, descrever o que aqui ocorreu como simples reafirmação do que é peculiar ao sistema capitalista. (OLIVEIRA, 1977, p.2).

Nesta perspectiva o autor assinala que devemos compreender o capital para além de uma relação social, sendo este essencialmente um movimento, uma reprodução. Desta forma, somente por via do estudo do movimento, das leis que regem o capital, poderemos compreender a especificidade do capitalismo no Brasil.

Partindo deste pressuposto, e criticando os extremismos das interpretações generalistas, que fazem uma leitura universal e abstrata do capitalismo e das análises hiperacentuadas das singularidades que caem num empirismo, despojadas de uma análise ontológica da sociabilidade do capital, Chasin (2000), propõe o estudo dialético entre o movimento do universal e do singular a partir da categoria da particularidade, objetivando compreender a forma da objetivação do capitalismo no Brasil.

Diga-se, então, sem mais, que o problema fundamental de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos particulares, ou, realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas. (CHASIN, 2000, p.13).

No propósito de uma aproximação concreta da objetivação capitalista, Chasin propõe um contorno interpretativo geral do caso brasileiro. Parte-se como suporte no capitalismo de via prussiana, especificamente do caso alemão. Neste sentido, o autor destaca o fato de que, tanto na Alemanha como no Brasil, a propriedade rural foi presença decisiva, o reformismo pelo alto caracterizando o processo de modernização, impondo-se desde logo soluções conciliadoras no plano político, deixando de fora as classes subordinadas nas transformações sociais.

A nosso ver esse elemento vai ser fundamental para entendermos como as classes populares vão sendo deixadas a margem dos importantes processos de transformação na

história do Brasil, criando com isso formas de gestão do poder autocráticas²⁰ e bonapartistas²¹. Isso fica evidente no processo de “independência do Brasil”, na instituição da República que, diga-se de passagem, foi predominantemente composta de militares, na ascensão de Getúlio Vargas (militar) à presidência, em sua deposição e ascensão de Gaspar Dutra no Poder (também militar). Também evidenciamos isso nos governos autocráticos de Juscelino Kubistchek, na passagem de Jânio Quadros e de João Goulart, assim como na tomada ao poder pelo golpe civil-militar de 1964, na abertura política, que de acordo com Chasin (2000), foi uma articulação dos militares. Na realidade à forma de ser e ir sendo da sociedade brasileira ainda permanece, onde de forma manipulatória, assistimos a um golpe de Estado na forma parlamentar com a retórica de um impeachment.

Voltando ao contorno interpretativo de Chasin (2000, p.16), sobre a entificação do capitalismo no Brasil e seu paralelo com a via prussiana, assinala que nos dois casos a expansão das forças produtivas é mais lento e o processo de industrialização se deu de forma retardatária e tardia em relação ao capitalismo clássico.

Porém o próprio autor observa que o caso alemão deve ser tomado como fonte e não como modelo, visto as particularidades históricas de cada país. Conforme o autor, enquanto na Alemanha a propriedade rural tinha características da propriedade feudal, no caso brasileiro, ela é originária do universo da economia mercantil, pela empresa colonial. No mesmo sentido, o processo de industrialização, que, no caso alemão, ocorreu no final do século XIX e que ganhou grande velocidade e expansão, ao ponto de alcançar configurações imperialistas; no Brasil, conforme Chasin (2000, p.17), o processo de industrialização principiou sua realização, “muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional”.

Neste sentido, o autor acrescenta que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de híper-tardio²², é caudatário das economias centrais. Assim, Chasin (2000) assinala que o capitalismo brasileiro é um

²⁰ Para entender o surgimento da autocracia brasileira ver: MAZZEO. Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015. Debatermos a autocracia e o bonapartismo no texto em partes posteriores. Mas deixamos aqui claro que a autocracia, conforme assinala Chasin (2000) é a forma de gestão do Estado por si só, de um pequeno grupo que rege o Estado, sem a participação popular. Esta forma tem suas evidências do Brasil em momentos de estabilidade política e econômica. Nos períodos de crise toma conta o caráter bonapartista autoritário bem caracterizado pelas ditaduras militares, fato constante na história do Brasil.

²¹ De acordo com Mazzeo (2015, p.113), O bonapartismo-colonial será o articulador de uma política de Estado manipuladora alijadora das massas populares; será, enfim, a encarnação e a gênese da autocracia burguesa do Brasil.

²² Este é um conceito utilizado por José Chasin e não iremos adequar o mesmo as regras atuais da língua portuguesa.

capitalismo de via colonial, com um Estado autocrático e de uma burguesia atrofada. A compreensão destes processos é de fundamental importância para a apreensão da particularidade das relações sociais desenvolvidas no Brasil e para a perspectiva de uma práxis revolucionária.

Aqui sentimos a necessidade de esclarecer melhor o que é esse capitalismo híper-tardio e de via colonial, assinalado por Chasin (1978; 2000), e demonstrar como essa forma de ser e ir sendo do capitalismo brasileiro criou uma série de categorias próprias e relações sociais que vão interferir diretamente, nas relações políticas (caso do politicismo), na formação de um Estado autocrático e bonapartista, na dependência econômica e da necessidade de criação de dívidas impagáveis e legitimadas pelo poder judiciário, na criação de subjetividades reacionárias, de uma burguesia medíocre e manipulatória, de um judiciário partidário de posições híper-conservadoras, do super-patrimonialismo dentre outras particularidades do caso brasileiro. Debateremos no próximo tópico a via colonial de entificação do capitalismo brasileiro e seus rebatimentos sociais na criação deste ornitorrinco, deste quebra-cabeça chamado Brasil.

A VIA COLONIAL DE ENTIFICAÇÃO DO CAPITALISMO BRASILEIRO E SUAS DETERMINAÇÕES SOCIAIS: O NASCIMENTO DO ORNITORRINCO ESQUIZOFRÊNICO.

A teoria da via colonial de entificação do capitalismo no Brasil, desenvolvida por José Chasin (1978; 2000), com o intuito de compreender a forma particular-concreta das relações sociais de produção e reprodução da sociabilidade do capital no Brasil, no qual ele considera um capitalismo híper-tardio e de burguesia atrofada é fundamental para compreender a realidade brasileira.

Ao desenvolver a teoria da via colonial, Chasin tem como uma das grandes influências de acordo com Rago Filho (1998, p. 20) “à herança das investigações de Caio Prado Júnior em sua monumental tentativa de capturar as determinações essenciais que conformaram nossa formação histórica”. Consoante Rago Filho (P.20), Caio Prado Jr. foi o primeiro marxista brasileiro contrário às teses mecanicistas do estalinismo aprovadas em Moscou em 1928 no VI Congresso da Internacional Comunista. Essas teses assinalavam que, para a conjuntura brasileira, um país caracterizado como dependente, alinhado aos países colonial ou semicolonial, reproduzisse o esquema mecânico, progressivo-linear de ter passado por formas produtivas asiáticas e feudais.

Rago Filho (1998) assinala que, para as teses estalinistas,

A resolução estabelecia como objetivo revolucionário a ruptura com o passado pré-capitalista e o perfilamento dos comunistas com as burguesias nacionais, a fim de dar concretude às tarefas econômicas e políticas da "revolução democrático-burguesa". A missão revolucionária residia, precisamente, na luta contra as estruturas agrárias feudais ou semifeudais e contra o imperialismo, particularmente o capital inglês, realizando uma estratégia política similar à dos mencheviques no processo revolucionário russo: a "revolução democrática" com a hegemonia da burguesia local. (RAGO FILHO, 1998, p.20).

Esse apriorismo abstrato do marxismo divulgado no Partido Comunista Brasileiro (PCB), segundo Prado Jr. (1977), sofria de um desespero teórico, o que lhe conduziu a uma teoria revolucionária sem nexos reais com a concretude brasileira.

Rago Filho (1998) assinala que,

Derrubando os mitos instituídos pelo estalinismo, como guia geral de atuação do comunismo internacional, Caio Prado Jr. rebateu uma a uma essas teses, equivocadas, principalmente, pelo transplante de determinações históricas do mundo europeu, transformadas em "classicidade", num desrespeito flagrante às formas específicas da objetivação do capitalismo em nosso país, cuja gênese histórica encontra-se no sistema colonial. Daí o sentido histórico de nossa subordinação estrutural, moldando formas particulares do ser e ir sendo capitalismo. Assim sendo, não haveria aqui, formas *feudais* de produção, formas pré-capitalistas, mas uma forma de latifúndio particular de *tipo colonial*, fundada em relações *escravistas* de trabalho, cuja produção de valores de troca se realizava externamente, no mercado capitalista europeu em constituição. Tratava-se de estudar esta realidade por sua gênese histórica e o desdobramento de contradições sociais numa formação histórico-social específica. (RAGO FILHO, 1998, p.20).

Essas características influíram nas determinações na forma de ser e ir sendo do modo de produção capitalista na particularidade do Brasil. Ratificando nossa afirmação, Rago Filho (1998) assinala que

A objetivação capitalista no Brasil, nesse caminho particular, não se processaria por um corte com o modo de produção pré-capitalista, os "resquícios feudais", mas que conservaria as determinações dessa estrutura agrária, organização produtiva com base no latifúndio com seu sentido da colonização, voltado para fora. Daí o desenvolvimento restringido do mercado interno e o lento caminhar do processo industrial, o caráter retardatário do desenvolvimento das forças produtivas materiais, com a exclusão de grande contingente da população brasileira da vida nacional. (RAGO FILHO, 1998, p.20).

Prado Jr. trouxe, então, para as discussões na esquerda brasileira a categoria da particularidade e da busca de entendermos as mediações concretas para a compreensão do Brasil, para assim superarmos o praticismo estalinista e termos uma prática com maior eficiência na realidade. Segundo Rago Filho

Uma viva discussão do marxismo brasileiro, difundida nos espaços abertos pelas editoras *Brasiliense* do próprio Caio, *Civilização Brasileira* de Ênio Silveira e *Paz e Terra*, surgiu, numa primeira fase, com a divulgação do pensamento lukacsiano e, posteriormente, com as obras de Antônio Gramsci, escritas no cárcere, acentuadamente pelo empenho de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. O jovem intelectual baiano produziu, aos 24 anos, um belo livro sobre *Literatura e Humanismo* (1967), e, na década seguinte, agora influenciado pelo eurocomunismo italiano, desenvolveria as teses do "compromisso histórico" e da "democracia como valor universal", caras ao PCI de Berlinguer, assim como aplicando de modo inteligente a conceituação lukacsiana de "via prussiana" para a análise literária e também para o nosso "intimismo à sombra do poder": a cooptação dos intelectuais brasileiros. (RAGO FILHO, 1998, p. 21).

Carlos Nelson Coutinho é outro intelectual²³ que trouxe contribuições incomensuráveis para o entendimento da realidade brasileira. Conforme Coutinho (1974), na constituição do capitalismo brasileiro, o progresso se dava numa constante conciliação com o atraso, sem processos de ruptura brusca por parte dos movimentos populares de massa. Neste sentido, Coutinho se apropriou das reflexões da via prussiana problematizada por Lenin e Lukács para entender o romance brasileiro e suas determinações sociais.

A via prussiana seria, na realidade, uma forma particular de concretização do modo de produção capitalista, o chamado capitalismo tardio, onde as maiores evidências históricas foram a Alemanha, Itália e Japão²⁴. Chasin (1978) faz uma análise destas três particularidades, sobretudo para o caso alemão, para evidenciar que a concretude histórica daquela forma de capitalismo de caráter conservador criou o fenômeno do fascismo.

Ao tratar da problemática da via prussiana Chasin (1978), acentua que

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação "pelo alto" o universo político e social contrasta com os clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se "reúnem os pecados de todas as formas de estado". (CHASIN, 1978, p.625).

As formas particulares de objetivação capitalista não é uma novidade, sendo sugerido já nas análises de Marx, como assina Chasin (2000, p.13-14) em seus textos de juventude, sobretudo na miséria alemã que trata do caráter tardio e retardado do

²³ Outro intelectual que também trouxe contribuições para a compreensão da realidade brasileira foi Florestan Fernandes, em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

²⁴ Para uma leitura das vias de desenvolvimento do capitalismo ver Chasin (1978, 2000) e Mazzeo (2015). Para este último o Brasil se desenvolveu pela via prussiana-colonial.

capitalismo alemão, onde “a emersão do novo paga alto tributo ao historicamente velho, numa conciliação, portanto, entre progresso e atraso sociais [...]”.

Partindo de tais considerações e estudos, José Chasin (2000) sugere que, para uma análise concreta da realidade brasileira, a via prussiana nos oferece alguns elementos importantes. No entanto, discorda que a realidade brasileira tenha se estruturado pela via prussiana, sugerindo partirmos dela, para, por via dos nexos categoriais (as categorias como formas de ser, determinações da existência), chegarmos ao que o autor assinala como via colonial de entificação do capitalismo híper-tardio de burguesia atrofica. Essa perspectiva de entendimento da realidade brasileira é fundamental para desmistificarmos as transposições mecanicistas e abstratas de teorias que explicam parte da Europa, mas que nem sempre respondem nossa conjuntura concreta.

No Brasil, as determinações históricas particulares da colonização criou uma forma de ser esquizoide, uma espécie de “ornitorrinco esquizofrênico”, onde o arcaico aparece como a atitude mais revolucionária, onde as alianças políticas são das mais contraditórias possíveis, onde as práticas de barbárie e a glorificação da miséria são utilizadas na maior normalidade e como gerador de riquezas.

Isto ocorre devido às determinações sociais criadas pelo capitalismo híper-tardio de via colonial, que fez surgir uma burguesia atrofica, anti-progressista, que historicamente se encontrou e reafirmou na dependência econômica ao capital externo, que se aliou ao que existia de mais conservador que foi e é os grandes latifundiários de terras (oligarquia conservadora), e transferiu o papel das transformações para o Estado, criando com isso uma práxis reacionária, manipulatória, corrupta ao extremo e sem princípios humanistas.

É interessante atentar que para a realidade brasileira nem sequer as ilusões do humanismo iluminista foram sonhadas. Sobre isto Carlos Nelson Coutinho (1974) assinala que,

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e tentativas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. (COUTINHO, 1974, p.23).

O resultado da colonização, na prática, vai ser a criação e manutenção até os dias atuais de práticas de exploração na forma de espoliação e barbárie, do arcaico sendo apresentado como novo, da defesa do grande latifúndio e sua legitimação através da extrema violência e de assassinatos, a legitimação de trabalho análogo a exploração escrava, a transferência dos processos modernizadores para o Estado, sendo o mesmo responsável por desenvolver e manter a iniciativa privada. Além disso, temos a manutenção da dependência econômica, a miséria sendo utilizada para a manutenção da riqueza e dos superlucros, temos a criação e manutenção de subjetividades irracionalistas conformistas e reacionárias - diga-se de passagem que somos o maior país católico, com forte ascensão de protestantes, além de sermos o maior país com número de espíritas -, um sistema político corrupto e um poder judiciário que legitima esta estrutura de sociedade e se mostra imparcial em sua práxis.

A mesquinhez da vida privada assinalada por Coutinho (1974) fica evidente no cotidiano individualista presente na vida das pessoas, que buscam a reafirmação de suas vidas na posse de mercadorias, e das instituições privadas que, em nome da acumulação de capital, nega direitos mínimos aos trabalhadores e explorados pela lógica do capital. No Brasil, a sociabilidade do capital já nasce em sua forma regressiva e, acreditamos, inclusive, que a regressividade dos países de via colonial vão fundamentar hoje a lógica do capital em contexto global, fazendo com que um particular se torne universal.

Assinalamos que determinadas formas particulares de entificação do capital - no caso, suas formas de exploração, de fazer política, de manipulação -, mais evidentes nas periferias do capitalismo, estão sendo estendidas para o centro do capitalismo. Basta assinalar que a primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile e na forma de uma ditadura militar. Também as formas de exploração na forma de espoliação, a superexploração do trabalho, achatamento salarial e as medidas de austeridade econômica implantadas hoje na Europa, há muito tempo, ocorrem na periferia do capital. Uma análise profunda do caso brasileiro e de tantos outros países demonstra isso.

Voltando o debate para a questão da via prussiana, Chasin (2000) assinala que esta nos servirá como um pontapé inicial, não como mais um modelo a ser aplicado à realidade. Entendendo o concreto como a síntese de múltiplas determinações, o autor assinala que a via colonial não é a mesma coisa que a via prussiana. Para ele, comparar o caso alemão com o brasileiro pode nos levar a determinados equívocos. Desta forma, o autor tece algumas

críticas a Carlos Nelson Coutinho em querer aplicar a teoria da via prussiana, tal qual ocorreu na Alemanha e outros países europeus, como a Itália, para a realidade brasileira.

Conforme Chasin (2000), existem diferenças absurdas entre a entificação do capitalismo alemão para o brasileiro. De forma irônica, o autor assinala que

[...] Tamanhas as diferenças de grau e de forma de objetivação do capitalismo que, parodiando Engels quando compara a Alemanha à França, em plena vigência da via Prussiana, diríamos que, mesmo se tudo ocorresse bem para o Brasil, e a estabilidade dominasse o panorama universal, ainda assim, quando todos já estivéssemos bem velhos, lá por volta do ano 2000, o Brasil ainda não teria atingido o estágio da Alemanha em 1913, na qualidade desta de emergente elo débil da cadeia imperialista. A absurdidade de equiparar politologicamente, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século salta à vista quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são elos débeis da cadeia imperialista, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da fase superior do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os elos débeis forçam por ver redistribuído. [...] (CHASIN, 2000, p. 58).

Ao estarmos cientes da dialética contida na concretude do real, não cairemos numa transposição teórica e acrítica. É preciso, partir das situações históricas concretas. Ao entendermos minimamente a formação social e territorial brasileira, perceberemos que esta tem categorias próprias que influenciam diretamente nas práticas sociais.

Neste sentido, entendemos as categorias como formas de ser, determinações da existência; ou seja, a forma como as categorias econômicas e políticas se desenvolveram vão pesar bastante para a formação conservadora do Estado brasileiro, vão explicar o porquê do complexo político ter bastante força nas relações sociais indo de encontro muitas vezes à lógica econômica, nos proporciona evidenciar o porquê do surgimento de formas de dominação política pautadas no clientelismo etc., e do surgimento de sujeitos mediadores de conflitos de classes.

Debateremos uma característica e uma categoria, fruto da forma de ser e ir sendo do capitalismo brasileiro, que influi nas práticas sociais no Brasil e que estão presentes na atual conjuntura de crise econômica, política e da manipulação do Impeachment.

TRANSIÇÕES PELO ALTO, POLITICISMO E MANIPULAÇÃO: ELEMENTOS DA CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA.

Toda a explanação e regressão histórica que fizemos até o momento, são fundamentais para entendermos a atual conjuntura de crise que assola o Brasil. Diga-se, antes de tudo, que a crise no capitalismo, nunca é por falta de capitais, mas

contraditoriamente por excesso destes e de força de trabalho sem serem utilizadas. Focaremos agora na característica da transição “pelo alto” e no politicismo como elementos essenciais de explicação da crise.

Conforme assinalamos anteriormente, a conciliação de classes, fruto de uma burguesia extremamente dependente do capital estrangeiro e do Estado, e em conciliação com aristocracia rural, levou historicamente a processos onde as transformações no Brasil se deram “pelo alto”, ou seja, por pequenos fragmentos de classe dominante, sem a participação das massas trabalhadoras, reprimidas rigorosamente.

Tal característica criou uma forma de Estado que em determinados momentos de crise assume o caráter bonapartista de Estado armado (ditaduras militares) e em momentos de estabilidade criam um Estado autocrático, regido por elites intelectuais (civis e militares), sempre com ausência da participação direta do povo nos processos. Toda vez que a população se levantou contra as opressões ou na melhoria de suas vidas foi fortemente reprimida. Neste sentido, Chasin (2000) assinala que o Brasil sempre foi rico em ditaduras e milagres. Essa forma de ser e ir sendo do capitalismo brasileiro formulou uma práxis, um *modus operandis* por parte do Estado que é o da violência institucionalizada e generalizada. Isso fica evidente desde as práticas das ditaduras, assim como as ações policiais na atualidade, como em toda a história de ocupação do território nacional, que sempre se utilizou da violência e da barbárie como forma de intervenção na realidade. Essa prática institucionalizada foi aderida inclusive pelas massas, que enxergam na eliminação física do outro, a forma de resolver os problemas sociais frutos de processos maiores.

Outra consequência da transição “pelo alto”; da falta de participação das massas nas transformações sociais, é o desenvolvimento da categoria do politicismo elaborada por Chasin (2000, p.123). O fenômeno do politicismo, segundo esse autor, é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional (CHASIN, 2000, p.123). Essa dimensão, infelizmente, foi agarrada pela própria esquerda no Brasil, que também criou sua “elite revolucionária” e barrou os movimentos trabalhadores de fazerem sua história.

O caráter de redução da vida ao político e, sobretudo, ao político-institucional empobrece a visão de totalidade da realidade, assim como tenta deslegitimar formas de organizações políticas não institucionalizadas, de grupos “independentes” e autogestionários ou mesmo de partidos de esquerda radical por não estarem em consonância com as formas manipuladas e burocratizadas de institucionalização.

Enfatizando um pouco melhor sobre o politicismo, Chasin (2000) assinala “enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo”. (CHASIN, 2000, p.123). Ou seja, para o autor é um esvaziamento das múltiplas determinações do concreto pelo viés da política, ou nas palavras do mesmo enquanto “uma hipertrofia do político, uma espécie de hiperpolítica que, nesta distorção, nega a si mesma”. (CHASIN, 2000, p.123). Ou seja, o politicismo reduz a importância do econômico e não admite o caráter ontologicamente fundante e matrizador deste em relação ao político.

Estabelecendo a relação²⁵ da burguesia brasileira com o politicismo, Chasin assim assinala:

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado. (CHASIN, 2000, p.124).

O fato é que o caráter politicista nas relações sociais brasileiras está intimamente atrelado tanto à burguesia como a própria esquerda, e isso interfere diretamente de forma negativa para as transformações calcadas pela classe trabalhadora. Sobre esta questão Chasin assevera que

Politicista por essência de sua formação histórica, a burguesia, a partir de 64, já com ampla consciência para o manuseio ativo desta sua característica intrínseca, e em progressivo aperfeiçoamento, converteu-a em recurso estratégico, que se manifesta, desde o discurso de posse de Castelo, até o momento atual da auto-

²⁵ As próximas duas páginas, vem reproduzindo citações que em determinados momentos se tornam cansativas e que poderiam ser resumidas pela interpretação do autor deste artigo. Mas acredito que metodologicamente, citar tal qual a fonte original de uma reflexão densa e autocrítica de nossa realidade, sobretudo sobre a esquerda no Brasil, é fundamental para darmos passos a frente em nossa práxis. Também optei em dar voz a esse intelectual bastante negado pela própria esquerda no Brasil.

reforma do sistema, alcunhada de “abertura”, engolfando, por inteiro, neste estratagema, o conjunto das oposições. Numa palavra, fez com que estas adotassem o princípio politicista, no que é, em grande medida, um arrastar das oposições ao campo ideológico do sistema. [...] A base sobre a qual atuou é a razão fundamental do sucesso que obteve, ou seja, tal como o sistema, as oposições brasileiras estão sob hegemonia ideológica burguesa. A ambas – sistema e oposições – o politicismo corresponde à faixa de segurança onde se movem em terreno próprio. Para além deste ficam as perspectivas das massas trabalhadoras, as únicas que poderiam e estão interessadas em romper o politicismo. Mas estas, entregues a si próprias, não têm como determinar os processos e conferir ao conjunto do movimento a direção implícita aos conteúdos que desenvolvem espontaneamente em certas iniciativas. Têm-se estiolado em várias oportunidades e acabam sempre por ficar como ponto de apoio tolhido, sobre o qual incide a prática da “oposição pelo alto”, tão própria ao politicismo, que tem caracterizado a ação das legendas e partidos de oposição, mesmo daqueles que se pretendem vanguardas da classe trabalhadora. (CHASIN, 2000, p. 124-125).

Desta forma, estas categorias, determinações da existência, apontam para uma burguesia que não fez seu papel revolucionário e para uma esquerda que veio a reboque desta burguesia. Esse autor assinala que a encarnação burguesa do anacronismo dispensou até mesmo revoluções terciárias; ou seja, jamais completou seu parto. Sua face é a de um embrião maldito condenado a uma gestação eterna. Cresce e encorpa na reprodução de sua incompletude, engrossando sempre mais os cordões umbilicais que o atam às fontes que o tolhem e subordinam. (CHASIN, 2000, p.159). E continua:

Nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares. (CHASIN, 2000, p.159).

Por consequência, a esquerda brasileira, já nasce com pesadas limitações, tanto teóricas, quanto práticas. Neste sentido, Chasin assinala que

A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no limbo, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores. Alma morta sem batismo, não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere. (CHASIN, 2000, p.159).

Significa dizer que grande parte da esquerda no Brasil, não teve noção das dimensões concretas de sua realidade, fato a fazer com que suas práticas partissem de importações teóricas e metodológicas que não condiziam com a própria realidade em que

estavam inseridas. Chasin (2000), assim, continua sua explanação sobre as esquerdas no Brasil:

Posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata e a realidade concreta de um capital incompleto e incompletável, a esquerda sucumbe, naturalmente, à presença real e às tensões e pressões efetivas da segunda. Entre a idealidade esgarçada de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o objetivismo da empreitada que visa à última. É a subsunção aos nexos mortos do que fora à lógica extinta do ideário liberal. No caso, duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de “tipo europeu”; a segunda, enquanto fantasma de empréstimo do conservantismo civilizado, boneco “liberal” na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira. O devaneio de principiar a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso. Ao mesmo tempo, a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável se amesquinha, progressivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário. (CHASIN, 2000, p.159-160).

E assim esse autor conclui parcialmente sua análise:

Sem independência teórica, sem autonomia política, sem vitalidade ideológica, raquíticas em número e anacrônicas nas formas de organização, e por isso mesmo débeis e cismáticas, as esquerdas organizadas vêm-se arrastando por décadas, num processo que atinge e desencanta, limita e desorienta o conjunto de trabalhadores do país. Trôpegas, desconhecidas e sem fascínio para todos nós que estamos do outro lado do capital, como a história de uma esquerda *in partibus infidelium*. Esquerda só no nome. Que tem mártires e sacrificados, ofendidos e humilhados. Heróis no equívoco e vítimas de todas as repressões. A mais digna homenagem a todos eles é a coragem de recomeçar. É urgente recomeçar. Mas, quando há urgência histórica, não é permitido ter pressa. (CHASIN, 2000, p.160).

As reflexões acima explicam incrivelmente a fragilidade de nossa esquerda, assim como a mediocridade de uma burguesia mesquinha e manipulatória e da formação de um caráter conservador generalizado em nossa sociedade.

Portanto, o caráter de transformações “pelo alto” em formas manipulatórias, a redução da vida ao caráter politicista, a burguesia atrofica e reacionária, uma esquerda sem princípios revolucionários só reforçaram o caráter esquizoide da realidade brasileira, sobretudo na manifestação de sua economia, nas conciliações de classes e da política partidária e governamental.

Uma manifestação concreta dessas características pode ser evidenciada na complexa e contraditória conjuntura histórica das décadas de 1950 aos anos de 1980. Este recorte temporal foi marcado por várias transformações na política e na economia brasileira, período conhecido como nacional desenvolvimentismo e pela ditadura civil-militar. É nesta conjuntura histórica que conforme Moraes (2005) estão contidas as bases materiais do Brasil moderno.

Pinassi (2011; 2015) assinala que a conjuntura das décadas de 1950 a 1970 foi o contexto de criação das infraestruturas e de estruturação do capitalismo industrial brasileiro. Assinala ainda que na própria ditadura tivemos o início da abertura econômica ao neoliberalismo que entre continuidades e rupturas vai estar presente nas gestões presidenciais até a atualidade.

De acordo com Silva (2011), de 1948 a 1952, a liderança da economia brasileira coube à indústria. Reforçando nossas assertivas nos utilizamos de Oliveira (1977) ao apontar que, em 1947, na participação da indústria regional no total da indústria brasileira, tínhamos o sudeste com 71,7% deste total, passando, no ano de 1957, para 76,2% sendo as outras regiões do país responsável pelo restante. É justamente neste contexto que Oliveira (2003) afirma que o Brasil transitava de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial sendo tal fato fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista em território nacional.

Segundo Oliveira (2003), o período de 1950 a meados de 1960, é marcado pela criação um novo padrão de acumulação no Brasil, tendo o Estado papel central. A industrialização surgiu como uma necessidade de suprir as necessidades de bens de consumo dos trabalhadores, visto que as importações continuaram para a burguesia nacional, decorrente dos desequilíbrios entre os setores I, II e III. O próprio movimento de expansão das forças produtivas via Estado, começava a investir em indústrias pesadas com fins de desenvolver o setor de bens de capital e, portanto visando a criação de uma economia de mercado nacional.

Oliveira (1977, p.77) em artigo denominado *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil* assinalava que a conjuntura da segunda metade dos anos de 1950 foi fundamental para a estruturação de um novo modelo do padrão de acumulação no Brasil. Oliveira (1977) assinala que

Na primeira metade dos anos cinquenta, que corresponde quase inteiramente à presidência Vargas, o padrão de acumulação intentado para a economia brasileira fundava-se numa prévia expansão do setor de bens de produção que poderia – atente-se para o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis. (OLIVEIRA, 1977, p.77).

É partindo de tais argumentações que Oliveira (2003) entende o bloco de atividades produtivas materializadas pela ação estatal como a criação da Petrobrás, a entrada de funcionamento da Siderúrgica Nacional, na atuação da Vale do Rio doce e no projeto de criação da Eletrobrás. Percebe-se nitidamente que o grande agente de

transformações no Brasil foi o Estado, estando a burguesia sempre sugando deste para suprir seus interesses. A política desenvolvida por Vargas, por exemplo, criou as bases do nacional desenvolvimentismo apropriado pelo período do governo Kubitschek²⁶.

Silva (2011) assevera que

De fato as bases do desenvolvimentismo pautado na industrialização foram lançadas no segundo governo Getúlio Vargas e delas o presidente Juscelino Kubitschek pode se valer, facilitando, assim, a implementação do seu Plano de Metas, que garantiu grande notoriedade ao seu governo. (SILVA, 2011, p. 127-128).

Na gestão de Kubitschek, o slogan de desenvolver o Brasil (50 anos em 5) e seu plano de metas, trouxeram também a necessidade de grandes investimentos via empréstimos de capital estrangeiro aumentando com isso a dívida brasileira com estes e suas instituições de financiamento. Conforme Marini (2000), o Plano de Metas se apoiou sobretudo em investimentos públicos em setores básicos com ingresso do capital estrangeiro. Segundo Marini (2000, p.20), com o intuito de preservar o ritmo previsto, “era necessário um investimento monetário importante nas obras públicas e na construção civil. JK preferiu concentrá-las, *ad suam majorem gloriam*, na edificação de uma nova capital: Brasília”. No que se refere aos investimentos estrangeiros, o autor afirma que foram investidos 2 bilhões e 500 milhões de dólares, indicando um “reforço considerável da posição dos grupos estrangeiros na economia brasileira”.

Passada a gestão de JK, temos a ascensão de Jânio Quadros, que após contraditória e rápida passagem na presidência renuncia. O caráter manipulatório e conservador da burguesia nacional, com sua influência do aparato militar logo entrou em ação tentando impedir a ascensão do vice-presidente ao poder. João Goulart viria assumir a presidência com poderes limitados por um parlamentarismo e quando teve um mínimo de autonomia ao propor reformas mínimas na estrutura social, entra em cena o velho discurso da crise brasileira. Diferente inclusive de gestões mais atuais como as do PT, João Goulart chamou o povo para as ruas com suas propostas de reforma de bases, incluindo aí a reforma agrária.

Como consequência foi deposto “pelo alto” pelo golpe civil-militar de 1964²⁷. Aqui o mostrengo brasileiro ganha corpo e reafirma seu caráter miserável, reacionário,

²⁶ Apesar de a exposição aqui dos processos ocorridos entre os anos de 1950 à 1980 estarem seguindo uma narrativa mecanicista e linear, atentamos que os acontecimentos foram bem mais complexos e contraditórios. A exposição de ideias seguindo esta estrutura teve objetivos de tornar a compreensão mais didática, mesmo correndo o risco de cair numa visão estruturalista e mecanicista.

irracionalista, bonapartista na forma de ditaduras. Ditaduras e milagres na realidade, é uma constante na história do Brasil. Chasin (2000) assim assinala:

[...] que nem as ditaduras, nem os “milagres” são novidades na história do Brasil; ao contrário, fazem parte, lamentavelmente, do que há de mais característico, profundo e dominante de nossa formação histórica. Ditaduras e “milagres” traduzem o caráter essencial de nossa formação e estrutura coloniais. Estrutura que se vem conservando sob formas diferentes – mais ou menos complexas, ou mais ou menos sofisticadas, como eixo básico de nossa existência social. Assim é, desde a empresa açucareira colonial, até a recente tentativa de uma economia de exportação de manufaturados. Assim é, para só falar da nossa história republicana, desde a máscara democrático-liberal da República Velha, até a ditadura explícita da última década e tanto. (CHASIN, 2000, p.59).

De forma geral, mas atentando para a especificidade de cada momento de “milagres” econômicos, ditaduras e crises, o autor assinala que

Em poucas palavras, e só para lembrar os períodos dominantes e mais decisivos do nosso processo econômico-social: sucessivamente tivemos o “milagre” da cana-de-açúcar, o “milagre” da mineração, o “milagre” do café. E finalmente, dentro do “milagre” da industrialização subordinada ao imperialismo, o menor e mais curto de todos, o “milagre” de 1968 a 1973. (CHASIN, 2000, p.59-60).

O tão famoso milagre anunciado pela ditadura de 1964 a 1973, rapidamente entra em colapso, se transforma em crise. O fracasso do milagre, rapidamente deu margens para o empresariado brasileiro que apoiou o golpe, criar uma narrativa contrária à ditadura, a favor da abertura política, mas que no fundo teve apoio de alas militares. Neste sentido a própria abertura da ditadura se deu “pelo alto” conforme análise de Chasin (2000). Assim também foi o movimento das “diretas já”, o movimento de impedimento de Collor de Mello. Ou seja, temos aqui o evidenciamento dos desdobramentos das “transições pelo alto”, que é a conciliação de classes. Essa característica vai ser materializada tanto na falta de movimentos revolucionários, como no fazer político, teremos a conciliação entre partidos que deveriam ser oposição uns dos outros.

Conforme Anderson (2016, p.8),

Com a saída dos militares, o primeiro governo estável de fato só aconteceu com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, nascida de um pacto de uma dissidência do PMDB que ele ajudara a criar, nominalmente social-democrática, mas na realidade social-liberal (o PSDB), cujo eleitorado se

²⁷ Para uma leitura sobre a chegada dos militares ao poder ver DREIFFUS, René Armand. A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe) Petrópolis, Vozes, 1981; e PAULO NETO, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) – São Paulo: Cortez, 2014.

concentrava nas regiões Sul e Sudeste. Ao lado do PSDB estava o nominalmente liberal, mas na realidade conservador PFL, cuja base se encontrava nas regiões Norte e Nordeste.

A chegada de Fernando Henrique a presidência da república foi marcada pela concretização da abertura econômica ao neoliberalismo já iniciadas na ditadura militar. Suas gestões foram marcadas por uma política ofensiva as conquistas trabalhistas, a privatização de empresas “estatais” como exemplo a Vale do Rio Doce, com propostas de reformas previdenciárias, sucateamento das instituições públicas, sobretudo de ensino e saúde, elementares para a população de baixo poder aquisitivo.

A ascensão de Fernando Henrique a gestão do Estado brasileiro, seria conforme interpretações de Chasin (2000) a superação da via colonial do capitalismo brasileiro, fato que a nosso ver pode ter sido uma interpretação equivocada deste intelectual. Tanto a dependência se perpetuou, assim como a superestrutura conservadora, reacionária, anti-progressista e manipulatória ainda tem enorme participação e poder no cotidiano da atualidade brasileira, diga-se de passagem a atual conjuntura política e econômica na qual estamos inseridos.

Como concretização dessa característica inerente ao Brasil que é a conciliação de classes, em 2002, pela primeira vez na história, tínhamos a ascensão de um representante na presidência de uma figura que vinha da classe trabalhadora, mas com um vice que representava os grandes empresários do setor têxtil²⁸. Tinha-se a primeira gestão do PT²⁹ na presidência da República.

Contraditoriamente como já assinalado na introdução, as gestões de LULA³⁰ e posteriormente Dilma em essência seguiram os ditames do grande capital e implementaram reformas favoráveis ao próprio capital liberando crédito, estimulando o consumo da classe trabalhadora e criando obras infraestruturais de investimentos de capital. Estas medidas conforme Harvey (2005) faz parte das ordenações espaço-temporais e da acumulação.

Mas conforme Anderson (2016), Dilma ao diminuir a taxa de lucros do capital financeiro incomodou os mesmos. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Singer (2015), assinala que Dilma adota postura de confronto ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, além de politizar o tema dos juros. Somando-se a isto, inferimos que as políticas

²⁸ O empresário José de Alencar Gomes da Silva.

²⁹ Para um estudo crítico do que viria a ser o PT e mesmo LULA ainda na década de 1980, ver reflexões de José Chasin no livro: A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social.

³⁰ LIMA, Átila de Menezes, MENELEU NETO, José. **O setor elétrico brasileiro e seu papel na acumulação de capital**: um paralelo do nacional-desenvolvimentismo e ditadura militar com as duas gestões do governo Lula. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).p.201-232, V.11, n.15, jan-jun.2015.

assistencialistas, sua participação nos BRICs e seu discurso de um desenvolvimento autônomo do Brasil ascenderam o sinal de alerta do conservadorismo brasileiro.

Isso não agradou os agentes do capital e da grande mentalidade conservadora, que através da utilização dos elementos da crise e da corrupção, das manipulações políticas e jurídicas com a argumentação das pedaladas fiscais e improbabilidade administrativa, conseguiram afastar em 17 de abril de 2016 Dilma do poder numa seção desastrosa dos parlamentares brasileiros que mostraram ao mundo o grau de mesquinhez, irracionalidade e manipulação.

Os quatro³¹ meses que se seguiram foi de uma série de denúncias³² a vários parlamentares, espetáculos midiáticos, reafirmação de Estado de exceção³³ em manifestações públicas com forte repressão do Estado e sobretudo de um grande jogo retórico judicial de afirmação e negação de pedaladas fiscais e improbabilidade administrativa. O desfecho da novela ocorreu a 31 de agosto quando foi aprovado no Senado a deposição de Dilma do poder.

Novamente tínhamos consumado, mais uma transição “pelo alto”, sem participação popular, um golpe bem articulado, utilizando-se de recortes da realidade, de notícias, manipulações e retóricas políticas e jurídicas em mais uma triste e lamentável página de nossa história. Aos poucos o passado se faz presente demonstrando aquilo que Marx (2000) em o *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, assinalava sobre o peso do passado no presente, de como os mortos atormentam os vivos.

Com pouquíssimo tempo de gestão do presidente Temer no poder, as poucas melhorias coletivas implementadas nas gestões do PT começam a ser eliminadas, os ataques aos direitos dos trabalhadores já iniciados e implementados na gestão de Dilma são rapidamente ampliados, as notícias dos escândalos e corrupção se multiplicam, mas as investigações e ações de combate são bem mais lentas, a criação de um Estado-policial aumenta a cada dia, o rastreamento de lideranças de esquerda, o reforço da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e outros órgãos de inteligência, uma reaproximação incrível com os E.U.A, mesmo depois de grampos e espionagem da presidência da República. As ações no sentido da reforma da previdência, trabalhistas, do ensino médio, da aposentadoria, as múltiplas PECs se multiplicam e são inseridas pra votação em tempo recorde.

³¹ Os detalhes puderam ser acompanhados em espetáculos midiáticos em vários noticiários de telejornais.

³² Ver reportagem das denúncias de Sergio Machado. <https://br.noticias.yahoo.com/em-di%C3%A1logos-gravados-juc%C3%A1-fala-em-pacto-para-103442780.html>

³³ Ver entrevista de Marcelo Neves sobre a caminhada para um Estado policial no Brasil. <http://www.cartacapital.com.br/politica/estamos-caminhando-para-um-estado-policial>.

A questão se complica, visto que, políticas públicas voltadas para minorias como povos quilombolas, políticas de gênero, afirmativas, demarcação de terras indígenas são ameaçadas de extinção. Surgem propostas absurdas como a da “escola sem partido”³⁴. Nomeia-se um ministro da educação (Mendonça Filho) que de acordo com entrevista de Michel Zaidan (2016)³⁵ é ligado à grupos educacionais da iniciativa privada (indicando inclusive o economista Maurício Costa Romão³⁶ ligado ao Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau como titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior) rapidamente, um ministro da justiça com histórico de repressão. O jurista Marcelo Neves, assinala que com Alexandre de Moraes como ministro da justiça “caminhamos para um Estado policial”.

Em meio a tal cenário, inevitável são as lembranças de um tempo passado recente, da ditadura, e nos vem às indagações: o que de fato está por trás do atual assalto ao poder? É somente o combate a corrupção? Existem interesses internacionais em meio a essa lógica de desmonte das últimas reservas de riquezas naturais, como petróleo, água etc.? Qual o peso da colonização na formação de uma subjetividade conservadora e reacionária?

Estas são questões complexas e que só o devir poderá trazer elementos concretos para entendermos melhor o que está acontecendo. Mas, acreditamos que ao entender as determinações gerais da forma de ser das coisas, no entendimento das categorias como formas de ser, determinações da existência, assinalamos que em parte, os acontecimentos do presente são frutos da complexa relação estrutura-superestrutura criadas pelo capitalismo de via colonial. Ou seja, a forma de ser do capitalismo no Brasil, criou uma forma de consciência que volta a se materializar numa mentalidade-prático reacionária, conservadora³⁷, manipulatória, mesquinha, dependente, irracionalista, racista, proto-facista que é reproduzida cotidianamente na forma de barbárie todos os dias nas mais variadas escalas de nossas vidas.

³⁴ <http://www.programaescolasesempartido.org/> acesso em 30/08/2016.

³⁵ <http://robertoalmeidascsc.blogspot.com.br/2016/05/michel-zaidan-revela-quem-indicou-o.html>. acesso em 30/08/2016.

³⁶ <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/36281-mauricio-romao-e-indicado-para-secretaria-de-regulacao-do-mec>. acesso em 30/08/2016.

³⁷ A evidência disto se da na prática cotidiana em pesquisas do data folha. Conforme a socióloga Carla Cristina Garcia, a sociedade brasileira é homofóbica, conservadora e machista. Ver no site Metro jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias são formas de ser, determinações da existência, já assinalava Marx, em suas reflexões. Partindo desse entendimento, assinalamos que ao compreender as determinações gerais de nossa formação social e territorial, da expansão do capitalismo em sua vertente híper-tardia, de via colonial, podemos compreender a forma concreta da relação dialética estrutura-superestrutura e suas influências na práxis cotidiana de criação de mentalidades reacionárias, anti-progressistas.

Assinalamos que a estrutura econômica dependente, fruto da colonização, criou uma burguesia atrofada, sem capacidade de fazer transformações econômicas. Isso levou a mesma a fazer alianças com a oligarquia agrária anti-progressista, reacionária e ao mesmo tempo aumentar sua dependência econômica para com o capital internacional. Tais acontecimentos criaram formas superestruturais híperconservadoras, evidentes tanto na política, na forma judiciária e foi reproduzida cotidianamente na formação de subjetividades reacionárias, racistas, irracionistas.

A crise econômica, política, cultural, manifesta na atual conjuntura é a materialização das continuidades-rupturas do peso da colonização que conforme nossa análise ontológica, é responsável tanto pela estrutura econômica dependente, assim como na criação de subjetividades conservadoras em grande parte da população que legitimam no cotidiano o racismo, os golpes militares, a legitimação da superexploração dos trabalhadores, ou seja, que legitima a barbárie nossa de cada dia. Segundo a pesquisadora socióloga Carla Cristina Garcia (2015)³⁸ em entrevista metro jornal a sociedade brasileira é homofóbica, conservadora e machista.

A crise econômica e política presente no Brasil, na realidade não é fruto somente do tempo presente, ela é a sangria ainda não superada da relação estrutura-superestrutura que marcaram nossa historicidade com o impedimento da participação popular e de rupturas políticas revolucionárias radicais.

Conciliação de classes, Estado autocrático-bonapartista e transição “pelo alto” se materializa num *modus operandis* de ser evidentes nos assaltos ao poder que teve seu último capítulo na recente deposição da presidente Dilma Rousseff da presidência da República.

³⁸ <http://www.metrojornal.com.br/nacional/brasil/sociedade-brasileira-e-homofobica-conservadora-e-machista-diz-sociologa-196014>

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. A crise no Brasil. **O diário infor.** 2016. <http://www.odiariorio.info/?p=4000>. Texto foi originalmente publicado na edição de abril da London Review of Books e em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>
- CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994** – do golpe militar à crise social – Santo André (Sp) estudos e edições Ad Hominem, 2000.
- _____. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio.** 1ª edição. Livraria editora ciências humanas Ltda; São Paulo, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo.** Ensaio de crítica marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FATORELLI, Maria Lúcia. O sistema da dívida Pública e seus impactos sociais. 2014.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005b.
- LIMA, Átila de Menezes, MENELEU NETO, José. **O setor elétrico brasileiro e seu papel na acumulação de capital:** um paralelo do nacional-desenvolvimentismo e ditadura militar com as duas gestões do governo Lula. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).p.201-232, V.11, n.15, jan-jun.2015.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Estética 1: peculiaridade de lo estético.** Barcelona: ediciones Grijalbo, 1966.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética Marxista:** sobre a categoria da particularidade. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, 1978.
- _____. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência:** uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Org; Emir Sader. – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed: UFRJ, 2011.
- _____. **O capital:** Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **O 18 Brumário de Luiz Bonaparte 1851-1852.** edição Ridendo Castigat Mores-fonte digital, 2000.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas:** Espaço, cultura e política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro edições Graal, 1977.
- _____. **Crítica a razão dualista:** O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PAULO NETO, José. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)** – São Paulo: Cortez, 2014.
- PINISSI, Maria Orlanda. “Neodesenvolvimentismo” e trabalho no Brasil. In: V **Seminário CETROS – Imperialismo, dependência e lutas sociais.** Fortaleza. 2015.
- _____. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herramienta** n. 46, ano XV, março de 2011 (Buenos Aires, Argentina).
- RAGO FILHO, Antonio. **A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico.** São Paulo, 1998. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC.
- SILVA, Marcelo Squinca da. **Energia Elétrica:** Estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SINGER, André. **Cutucando onças com vara curta**: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Revista Novos Estudos 102, 2015.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136p.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Plano Plurianual 2008-2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de planejamento e investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007.

_____. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: Volume I,II e III. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de planejamento e investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.

Recebido em: 15 de outubro de 2016

Aceito em: 29 de dezembro de 2016